



18/11/2014 - Teletime

## Países reduzem cotas e UIT é obrigada a cortar custos

Diversos países anunciaram durante a Conferência de Plenipotenciários da UIT, que se realizou há três semanas em Busan na Coreia do Sul, a redução das suas cotas contributivas. No total, o órgão se viu com um déficit de 17 milhões de francos suíços para os próximos quatro anos, o que gerou a necessidade de um ajuste nas contas já apertadas da instituição. A UIT não tem, por exemplo, uma reserva financeira para custear o seguro saúde previsto para os funcionários que se aposentam, algo estimado em 200 milhões de francos suíços. Assim, quando um funcionário se aposenta, esse custo sai do orçamento para as atividades regulares do órgão.

Coube ao servidor da assessoria internacional da Anatel, Mario Canazza, como presidente do grupo de planejamento estratégico e financeiro, a tarefa de conseguir a aprovação de um plano de redução de custo de 13 milhões de francos que já havia sido acordado no âmbito da América Latina. A surpresa, conta ele, é que países importantes como Canadá e França deixaram para anunciar a redução das suas cotas do meio para o final do encontro, após as eleições. Não por acaso, as duas nações concorriam a cargos importantes dentro da UIT. Canadá concorria a vice-secretário geral e não foi eleito; e a França tinha candidato único para diretor do UIT-R, o setor de radiocomunicação da entidade.

“A UIT conseguiu contrabalancear esse déficit de 17 milhões de francos suíços com um compromisso de redução de custo de 13 milhões. Isso somado a outros ganhos, nós conseguimos chegar nos 17 milhões”, afirma ele. O plano de redução de custo prevê reduzir em 10% o custo com tradução de documentos, contempla medidas para transformar a UIT numa organização paperless e revê os critérios para voos em classe executiva. Antes o único critério

era que o voo fosse de mais de 11 horas, agora para viajar de executiva depende do cargo do funcionário e da idade, além do tempo de voo. “Essa foi uma das discussões mais difíceis”, conta ele. Além disso, a UIT se comprometeu a alimentar em 1 milhão de francos suíços por ano um fundo para custear o seguro saúde dos aposentados.

Nas discussões para tentar balancear o orçamento da UIT com a nova realidade de receita para os próximos anos, surgiu uma ideia que seria prejudicial ao Brasil. A ideia era cobrar dos países os recursos de numeração internacionais, mas depois foi falado em cobrar pelos recursos delegados por eles próprios. O Brasil seria especialmente prejudicado porque tem um grande número de usuários do SMP. “Seria multiplicar os 270 milhões de usuários por uma taxa x”, afirma Canazza. “O Brasil defendeu cobrar apenas os recursos de numeração que a UIT administra. Não vimos sentido porque isso substituiria a própria cota contributiva. Essa temática ficou para novos estudos, não vai ter cobrança pelo menos nos próximos quatro anos”, afirma ele. As estimativas são de que a cobrança pelos recursos internacionais de numeração somaria 7 milhões de francos suíços por ano.

### Brasil

Embora o presidente do grupo de planejamento estratégico e financeiro fosse brasileiro, o país, como antecipou este noticiário, está em dívida com o órgão. De acordo com o chefe da assessoria internacional da Anatel, Jeferson Nacif, o Brasil, que tem três cotas contributivas, ainda não pagou inteiramente a sua anualidade de cerca de US\$ 1 milhão (954 mil francos suíços). Foi pago no dia 11 de novembro, portanto, após a Conferência, aproximadamente metade desse valor; e a fatura de 2015 já chegou.



18/11/2014 - Telesíntese

# Conselhos de Claro, Embratel e Net aprovam proposta de fusão

**A proposta ainda deverá ser aprovada em assembleias gerais de acionistas da Claro, Embrapar e Net.**

Os conselhos fiscais e administrativos de Claro, Embrapar (controladora da Embratel) e NET aprovaram ontem, sem ressalvas, a proposta de fusão das empresas no Brasil. Todas as operações são controladas pela mexicana América Móvil, do bilionário Carlos Slim, e passarão a responder como uma só pessoa jurídica.

O documento que justifica a fusão, divulgado hoje, prevê "uma redução de custos operacionais" em todas as companhias. O texto classifica a união como vital para o futuro das empresas "uma vez que o grupo de companhias controladas pela AMX é o único grupo de telecomunicações de grande porte no Brasil que ainda não consolidou suas atividades de telecomunicações em uma única sociedade".

A justificação prevê incorporação, pela Claro, do patrimônio da Embrapar e da Net, exceto por uma parte. A parcela de fora da fusão formará novas empresa, detentoras dos investimentos na EG Participações, na Embratel TVSAT e na StartOne NewCo, no valor de R\$ 1,6 bilhão. Vão se chamar Nova Embrapar e Nova Embratel, respectivamente. Estas sociedade serão depois fundidas à Telmex Solutions

Telecomunicações, também empresa do grupo América Móvil.

A fusão com a Embrapar vai resultar em um aumento de capital da Claro de R\$ 345,5 milhões, passando a R\$ 12 bilhões. Deste total, R\$ 7 bilhões são fruto da incorporação da Embratel e Net. O capital da Embrapar foi avaliado em R\$ 9,1 bilhões, e o da Net em R\$ 6,8 bilhões, mas são descontados investimentos comuns entre estas empresas.

A Claro irá emitir pouco mais de 6 milhões de ações ordinárias e preferenciais, que serão revertidas aos atuais acionistas da Embrapar, enquanto as ações da Embrapar serão extintas. O custo da operação deve chegar a R\$ 8 milhões. A proposta ainda deverá ser aprovada em assembleias gerais de acionistas da Claro, Embrapar e Net.

Os acionistas receberão ações da Claro na seguinte proporção: um lote de 1 mil ações de emissão da Embrapar equivalerá a 0,0308 ação de emissão da Claro; uma ação da Embratel valerá 0,0031 ação da Claro; uma ação da NET será igual a 0,0884 ação Claro.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/11/2014 - Convergência Digital

# Anatel empurra para 2015 decisão sobre TIM e Oi que afeta 70 milhões de clientes

Ficou para 2015 uma decisão da Anatel sobre a prorrogação de faixas de frequência da Oi e da TIM, nos dois casos utilizadas para oferta de telefonia móvel em tecnologia 2G. A depender da solução aos dois casos, cerca de 40 milhões de clientes da Tim e outros 30 milhões da Oi podem ficar sem serviço.

Em essência, as duas empresas perderam o prazo para pedir a prorrogação. Ou assim interpreta a análise jurídica da Procuradoria Federal Especializada da Anatel. Mas diante do potencial impacto negativo dessa leitura, o Conselho Diretor da agência está dividido.

Até aqui, há dois votos sobre os dois casos. Para Igor de Freitas, não há como fugir do legalismo invocado pela Procuradoria, o que exige negar as prorrogações. Para o (agora ex-) conselheiro Jarbas Valente, há vários atenuantes que sustentam o "erro de boa fé" das teles e o direito à extensão.

Segundo ele, há diferentes prazos para a apresentação do pedido de prorrogação na Lei, em normas da Anatel e no edital, o que justificaria o tropeço de duas operadoras. Ou três. Jarbas Valente lembra que em um caso muito semelhante a agência permitiu a prorrogação de frequência da Vivo, neste mesmo 2014.

O empate é retrato perfeito do racha na agência. Há receio de que a permissão seja questionada por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União. Mas a análise técnica diz que a negativa trará prejuízos aos clientes, pelo risco de descontinuidade

do serviços, de queda da qualidade e de redução da competição.

Por enquanto, as apostas são de que os conselheiros Rodrigo Zerbone e Marcelo Bechara vão se alinhar com um e outro voto. É nesse cenário que o presidente da Anatel, João Rezende, pediu vista dos dois processos. Ele quer costurar uma maioria para além do eventual 3 a 2. Ainda não conseguiu. Por isso, pediu mais 60 dias de prazo para apresentar sua posição.

### Divergência

O que está em discussão é o direito de as duas operadoras móveis em prorrogarem por mais 15 anos o direito de uso de nacos das faixas de 900 MHz, 1,7 GHz e 1,8 GHz. Licitadas em fevereiro de 2001, as frequências estão com as empresas até 2016. Ou 2017, e é aí que mora a encrenca.

As regras preveem que empresas devem avisar a Anatel sobre o interesse pela prorrogação com antecedência, em geral, de três anos do vencimento do direito de uso. A divergência nos dois casos está na data a partir da qual devem ser contados os 15 anos.

Para a Procuradoria da Anatel, o prazo começa com a assinatura do termo de autorização do Serviço Móvel Pessoal, o que se deu um mês depois do leilão. Para as teles, porém, os 15 anos só valem com a publicação das outorgas de uso das frequências – o que só aconteceu mais de um ano depois da licitação, em 2002.

17/11/2014 - Altamiro Borges

## A história da sonegação da Globo



Em um dos momentos curiosos da eleição deste ano no Rio de Janeiro, a apresentadora da TV Globo Mariana Gross, após entrevistar ao vivo o candidato a governador Antony Garotinho, olha para a câmera, o que significa se dirigir aos telespectadores, e diz:

- A Globo não sonega. A Globo paga seus impostos.

Era a resposta a um comentário do candidato:

- A Globo, por exemplo, é acusada de sonegar milhões em um esquema envolvendo laranjas. É uma acusação. Pode não ser verdade, eu até acredito que seja, mas é a minha opinião.

O caso levantado na entrevista remete à assinatura do contrato de concessão de licença para a transmissão da Copa do Mundo de 2002, assinado no dia 29 de junho de 1998. De um lado, a ISMM Investments AG, da Suíça, representante da Fifa. De outro, a TV Globo e Globo Overseas, uma empresa holandesa controlada pela família Marinho. O valor do contrato era de 220,5 milhões de dólares, o equivalente hoje a 600 milhões de reais e dava direito à transmissão de 64 jogos da Copa e de todos os eventos relacionados.

Oito anos e duas Copas depois, o auditor fiscal Alberto Sodré Zile, da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, encerrou uma investigação sobre a aquisição dos direitos de transmissão pela Globo e concluiu:

“A Globo sonegou impostos, mediante fraude, no montante de 183 milhões de reais, em valores atualizados em 2006. Por considerar a fraude uma agravante da sonegação, aplicou multa em percentual dobrado, no valor de 274 milhões de reais. Com os juros de mora, calculados até 29 de setembro de 2006, Zile entregou à Globo uma conta de 615 milhões de reais.”

O auditor fiscal fez ainda uma representação para fins penais, que deveria ser encaminhada ao Ministério Público. Nela, como um anatomista diante de um cadáver, descreve cada pedaço de um quebra cabeças que revela uma intrincada engenharia financeira.

“Em um ano e meio, diversas operações societárias foram engendradas para que, ao fim, a TV Globo e a Globosat pudessem transmitir a Copa em que o Brasil se sagrou pentacampeão. Foram seis alterações sociais e duas empresas constituídas e destituídas neste curto espaço de tempo”, escreve.

Segundo ele, as operações tinha “um único objetivo”: esconder das autoridades brasileiras a aquisição dos direitos de transmissão da Copa do Mundo pela TV Globo e, com isso, “fugir da tributação mais desfavorecida”.

Alberto Zile reconhece o direito das empresas de buscar reduzir o pagamento de impostos. Mas diz que o chamado “planejamento fiscal” tem um limite: a fraude. E ele cita o caso da empresa Empire, constituída nas Ilhas Virgens Britânicas.

A Empire não tinha uma câmera sequer, muito menos microfone ou antena de transmissão, mas até alguns meses antes do início da Copa de 2002 eram dela os direitos de transmissão de um dos maiores eventos esportivos do planeta.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A TV Globo pagou pela Empire cerca de 221 milhões de dólares, mesmo sabendo que a Empire, além de não contar com equipamentos, não tinha sequer um escritório. Sua sede era uma caixa postal nas Ilhas Virgens Britânicas, a PO Box 3340, compartilhada com a Ernst & Young Trust Corporation (BVI) Ltd.

Na investigação, o auditor descobriu que, por trás da Empire, estava a própria TV Globo. Em sua defesa, o grupo sustentava que a compra da Empire fazia parte de uma estratégia de ampliação dos negócios da Globo no Exterior. Mas a farsa caiu por terra quando a Receita Federal fez um questionamento por escrito sobre a propriedade da Empire.

O advogado José Américo Buentes admitiu: "Existe vínculo indiretamente", porque os controladores da Globo e da Empire sempre foram as mesmas pessoas. Para o auditor fiscal, tudo não passou de "simulação".

O teatro que o auditor fiscal Zile descreve tem mais três capítulos: um no Brasil, outro no Uruguai e mais um na Ilha da Madeira. Depois de comprar a Empire, a Globo repassou as cotas da empresa a outra companhia, criada por ela no Rio de Janeiro, a GEE Eventos Esportivos Ltda, que, a exemplo da empresa das Ilhas Virgens, não tem estrutura para gravar em vídeo uma só entrevista, muito menos transmitir a Copa do Mundo. É empresa de fachada.

Nas vésperas da abertura da Copa de 2002, a Globo fechou a GEE e dividiu com a Globosat (canal fechado) os direitos de transmissão. O dinheiro usado para pagar o ISMM, representante da Fifa, saiu da própria Globo, via uma simulação de empréstimo a uma empresa do Uruguai, a Power, e outra simulação de empréstimo com uma empresa chamada Porto Esperança, na Ilha da Madeira.

Nos dois casos, empresas credoras e devedoras são controladas pelas mesmas pessoas: os irmãos Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho.

Um trecho da representação contra os filhos de Roberto Marinho diz:

"De fato, as operações arroladas, de forma sintética, no item 1.3, dão a clara ideia de que vários dos

atos praticados pela fiscalizada estavam completamente dissociados de uma racional organização empresarial e, conseqüentemente, de que a aquisição dos direitos de transmissão, por meio de televisão, da competição desportiva de futebol internacional, com intuito de fugir da tributação mais desfavorecida."

Com a engenharia financeira, a Globo deixou de pagar à época o tributo pela aquisição dos direitos de transmissão: 15% sobre valor total, caso o negócio fosse feito diretamente com a Suíça, ou 25% caso se concretizasse nas Ilhas Virgens Britânicas, como a rigor se concretizou. As alíquotas são diferentes para locais considerados paraísos fiscais, como é o caso das Ilhas Virgens.

A Globo recorreu da autuação junto ao Conselho do Contribuinte que, por unanimidade, deu razão ao auditor fiscal.

Algumas semanas depois, quando o processo estava pronto para ser remetido ao Ministério Público Federal, que teria a prerrogativa para denunciar criminalmente os irmãos Marinho, uma funcionária da Receita Federal interrompeu seu período de férias para entrar na Delegacia e levar embora toda a documentação.

Essa funcionária foi presa, mas com a ajuda de uma banca de cinco advogados, conseguiu habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, numa decisão que tem, entre outras, a assinatura do ministro Gilmar Mendes.

Dois especialistas tributários que entrevistei nesta semana falaram sobre o caso da sonegação, sem que soubessem os nomes dos envolvidos. Ambos consideraram os fatos graves, mas disseram que o risco dos culpados serem punidos é zero.

Na Itália, até Sophia Loren passou uma temporada na cadeia pelo crime de sonegação fiscal. Nos Estados Unidos, a proprietária do Empire State passou uma temporada presa por deixar de pagar impostos. Recentemente, na Alemanha, o presidente do Bayern foi condenado pelo mesmo crime.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2014/11/a-historia-da-sonegacao-da-globo.html>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/11/2014 - Carta Capital

# O abismo entre ricos e pobres cresce

Com raras exceções, a desigualdade tem aumentado em todos os países do mundo

Em um mundo angustiado pela crise econômica, aprendemos que de março de 2009 a março de 2014, exatamente o período considerado mais crítico, depois da bancarrota do Lehman Brothers, o número de bilionários do planeta dobrou: eram 793 no começo do furacão e agora somam 1.645. Os 85 mais ricos entre eles, no mesmo período, incrementaram seus capitais em 668 milhões de dólares a cada dia e sua renda equivale àquela de metade da população mundial, 3,5 bilhões de outros seres humanos. Os dados constam, entre outras "pérolas", do recente estudo sobre a desigualdade no mundo, publicado pela Oxfam, rede internacional de 19 ONGs que combatem a pobreza. Na sequência da divulgação do relatório, originalmente chamado Even It Up: Time to end extreme inequality, foi lançada a campanha mundial de sensibilização "Equilibre o jogo".

Crise é um termo utilizado no mundo inteiro para descrever situações diferentes, mas com um denominador comum, a desaceleração do crescimento das economias, que em média superava os 4% anuais na década passada e hoje sofre para chegar perto dos 3,5%. Para resolver os problemas provocados por esse recuo e retomar o ritmo anterior, os defensores do atual sistema econômico-financeiro indicam um caminho único, a ampliação do espaço da iniciativa privada em detrimento do setor público, com corolário de cortes nos gastos sociais e intensificação da produtividade no trabalho. Em outras palavras, salários mais baixos para criar produtos mais baratos. Essa receita, baseada numa visão brutalmente quantitativa do bem-estar da humanidade e sem nenhuma atenção à equilibrada convivência social, é rotundamente recusada pela Oxfam. Com riqueza de informações e análises, a desigualdade é descrita sob diversos aspectos, e o estudo chega à conclusão de que essa praga contemporânea não só é contrária a uma ética humanista, mas também a causa fundamental da crise econômica em curso.

O primeiro mito que o relatório se encarrega de derrubar é aquele que considera natural a desigualdade entre os seres humanos. Melhor se concentrar na redução da pobreza, afirmaram os liberais a partir da Revolução Industrial, pois a compaixão é a única maneira de mitigar a lei natural que inevitavelmente produz as diferenças. Mas a desigualdade excessiva tem comprometido o combate à pobreza, apesar dos bons resultados conseguidos nesse campo até o início dos anos 80 do século passado. O abismo entre ricos e pobres nas últimas três décadas, demonstra a pesquisa, tem clara correlação com a baixa mobilidade social. Em outros termos, nos países em que o fenômeno é mais acentuado, quem nasce rico fica rico, quem nasce pobre não tem outra alternativa além de permanecer pobre. A esperança de uma vida melhor, na evolução entre pais e filhos, é banida do horizonte de bilhões de seres humanos.

Com raras exceções, a desigualdade tem aumentado em todos os países do mundo. Caso particularmente emblemático, a Oxfam calcula que até na África do Sul a desigualdade é hoje maior do que no período do Apartheid. Com base em dados de 2013, 7 de cada 10 habitantes do mundo vivem em países em que a desigualdade econômica é maior do que há 30 anos.

O enriquecimento desmedido de um número restrito de indivíduos, a depender dos países, encolheu ou limitou o crescimento da classe média, comprometendo a sua capacidade de gasto e, em última análise, o motor do crescimento mundial. Desde 1990, a participação do trabalho na composição do PIB mundial é constantemente decrescente. O ataque ao valor e à dignidade do trabalho é particularmente acentuado nos países mais pobres, mas também ocorre nas nações ricas. Por consequência, o PIB mundial é composto por uma porcentagem crescente do capital, que se autoalimenta cada vez mais da especulação financeira.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

As 150 páginas da pesquisa, com amplíssima bibliografia, demonstram que a desigualdade extrema também está associada à violência. A América Latina, a região mais desigual do mundo do ponto de vista econômico, reúne 41 das 50 cidades mais violentas do planeta e registrou 1 milhão de assassinatos entre 2000 e 2010. Países desiguais são lugares perigosos para viver, e a insegurança afeta tanto ricos quanto pobres.

A desigualdade econômica produz ainda diferenças em termos de oportunidades de vida. Quem está na parte baixa da escada social tem grande desvantagem em termos de escolaridade, saúde e expectativa de vida. A Oxfam demonstra com dados e gráficos que a “pobreza interage com desigualdades econômicas e de outros tipos para criar ‘armadilhas de desvantagens’ que empurram os mais pobres e marginalizados para o fundo – e os mantêm lá”. E a globalização da economia aumentou consideravelmente o número de super-ricos nos países em desenvolvimento e emergentes. Na África Subsaariana, 16 bilionários convivem com 358 milhões em pobreza extrema.

No atual cenário, o Brasil, que nos últimos 12 anos tirou da pobreza dezenas de milhões de indivíduos, é citado várias vezes no relatório como positiva exceção por ter agido na contracorrente mundial, mas também como exemplo de uma desigualdade ainda gravíssima que afeta as perspectivas de resgate econômico e de pacificação nacional. É extremamente fácil evidenciar a imediata correspondência entre o aumento de 50% no valor do salário mínimo entre 1995 e 2011 e a redução da pobreza e desigualdade no País.

Como exemplo oposto, dados de 40 países europeus e latino-americanos revelam que a capacidade redistributiva de um bom sistema fiscal, combinada

com gastos sociais bem-focados, pode reduzir as disparidades de ingressos produzidas pelo mercado. A Finlândia e a Áustria conseguem reduzir pela metade essa desigualdade por meio de impostos, enquanto o sistema fiscal e o gasto social brasileiro a limitam de maneira insignificante.

O relatório da Oxfam não se restringe à análise da situação de fato, mas identifica as causas que provocaram a absurda desigualdade atual: o fundamentalismo de mercado e a captura do poder pelas elites econômicas. A ideologia neoliberal, que continua dominante, apesar das contradições que suscitou, segue a impulsionar as diferenças, que não poderão ser reduzidas enquanto os países forem forçados a engolir remédios como a desregulamentação financeira, a austeridade fiscal, as privatizações, a redução de programas sociais ou o corte de impostos para os ricos. Por outro lado, como em um círculo vicioso, o dinheiro compra a influência e o poder político, tanto nos países ricos quanto nos pobres.

Para “reequilibrar o jogo”, a Oxfam identifica uma série de medidas específicas que, acrescentamos, não poderão ser alcançadas com base em alguma milagrosa fulguração de bondade da parte de quem hoje dirige o jogo, mas apenas à medida que as relações de força e de poder entre as minorias ricas e as majorias pobres se invertem. O mérito do relatório é demonstrar implicitamente que a batalha deve ser combatida em cada lugar de trabalho e em cada país, mas, para ser vencida, deve incluir um pensamento e uma ação global de todas as vítimas da desigualdade e de todos os seus aliados de boa vontade. Se a economia e a riqueza do mundo são globalizadas, a resposta para redistribuir deve ter a mesma escala. O nacionalismo é uma ferramenta arcaica. O que hoje precisamos é de um novo internacionalismo.



17/11/2014 - CUT

## HSBC mantém compromisso de suspender demissões

**Banco analisará proposta dos dirigentes sindicais; nova reunião acontece nesta terça (18)**

Na segunda reunião específica ocorrida na manhã desta sexta-feira (14) com a Contraf-CUT, os sindicatos dos bancários de Curitiba e São Paulo e a Federação dos Bancários de São Paulo e São Paulo e Mato Grosso do Sul, a direção do HSBC reiterou o compromisso assumido na quinta (13) de que as demissões de funcionários estão suspensas enquanto durarem as negociações. Nova reunião foi marcada para as 11h desta terça-feira (18), na capital paulista.

O diálogo foi agendado no dia 12 pelo banco depois do envio de um ofício da Contraf-CUT e após as paralisações de centros administrativos e agências do banco inglês em Curitiba, São Paulo e várias cidades do Brasil e da audiência de mediação promovida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) do Paraná.

Os representantes do HSBC ficaram de analisar a proposta dos dirigentes sindicais de suspender novas dispensas, reverter as demissões ocorridas e apresentar a relação completa de todos os demitidos.

"Temos informações de que foram dispensados inclusive colegas com estabilidade pré-aposentadoria ou prestes a adquiri-la, mulheres grávidas, afastados por motivos de saúde e portadores de doenças crônicas", afirma Alan Patrício, secretário de Assuntos

Jurídicos da Contraf-CUT e funcionário do banco.

"Com a apresentação dessas informações, garantimos na mesa de negociação que, além da suspensão de novas dispensas enquanto durarem as negociações, o HSBC fará a revisão e a reversão imediata dessas demissões irregulares. O banco também se comprometeu a trazer uma relação completa de todos os demitidos", destaca Alan.

Além disso, os representantes do banco reafirmaram que não existe intenção de cortar 20% do quadro de funcionários, nem substituir bancários por terceirizados. Eles também negaram novamente os boatos de que o HSBC cogita deixar o Brasil, ressaltando que a matriz do banco fez recentemente uma capitalização de R\$ 1 bilhão na filial brasileira, demonstrando o interesse de permanecer operando no país.

"Esperamos que as negociações avancem na próxima terça para que os bancários do HSBC possam voltar a trabalhar sem o medo de novas dispensas e com melhores condições de trabalho", salienta Alan. "Se o HSBC quiser crescer no Brasil, o caminho é a preservação do emprego, a valorização dos funcionários e a melhoria do atendimento aos clientes", conclui o diretor da Contraf-CUT.